



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Exma. Senhora
Dra. Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete de S. Exa. o
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

Assunto: Pergunta nº 1750/XIV/2ª, de 14 de abril de 2021

Para Catarina,

Encarrega-me o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de, em resposta à pergunta parlamentar em epígrafe, levar ao conhecimento de V. Exa. os seguintes esclarecimentos, da esfera de competências da nossa área governativa:

A ratificação da Decisão de Recursos Próprios pelos 27 Estados-membros da União Europeia (EU) não é uma responsabilidade direta da Presidência Portuguesa do Conselho da UE (PPUE), uma vez que se trata de um processo nacional, que cabe a cada um dos Estados-membros. À PPUE cabe sobretudo uma diplomacia de influência, para procurar acelerar os processos nacionais. Esta sensibilização tem sido feita p pela Presidência portuguesa nos fóruns relevantes, incluindo contactos permanentes com Estados-Membros e instituições europeias.

É consensual que a célere ratificação desta decisão é um passo decisivo e importante para colocar no terreno – através da emissão de dívida conjunta pela Comissão Europeia – um instrumento financeiro chave para a recuperação europeia como é o *Next Generation EU*. Este instrumento, com uma capacidade de 750 mil milhões de euros, inclui o Mecanismo de Recuperação e Resiliência que financiará os planos nacionais de recuperação dos Estados-Membros com uma capacidade de 672,5 milhões de euros. O Governo tem a expectativa de que: i) a aprovação da Decisão de Recursos Próprios por todos os Estados-Membros, ii) a aprovação dos primeiros planos nacionais por parte da Comissão Europeia e consequente adoção pelo Conselho, e iii) a canalização para alguns Estados-Membros das primeiras tranches dos seus planos nacionais ocorram durante o Verão.

Esta expectativa já foi igualmente partilhada pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, quando saudou Portugal por ter entregado oficialmente o seu plano nacional de recuperação, tendo sido o primeiro Estado-Membro a fazê-lo, afirmando "O nosso objetivo continua a ser adotar todos os planos este Verão. Para que os primeiros pagamentos sejam efetuados, é necessário que todos os Estados-Membros tenham



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

aprovado a Decisão Recursos Próprios. Estou confiante de que tudo estará resolvido este Verão.»

Até à presente data, 19 Estados-Membros já ratificaram a Decisão de Recursos Próprios, enquanto os restantes oito informaram a PPUE e o Secretariado Geral do Conselho que o pretendem fazer até final de maio.

Com os melhores cumprimentos, *pes wais*

A Chefe do Gabinete

Indira Noronha

Indira Noronha

BJ/MM